Direito societário, insolvência e moeda

Dr Alexander Ressos, TEP
Attorney-at-Law (Switzerland and Germany),
Solicitor (England & Wales and Hong Kong)
Of Counsel, KGP Legal LLC
alexander.ressos@kgplegal.com.sg
www.ressos.com.sg

Das sociedades de pessoas às sociedades de responsabilidade limitada

Durante o primeiro meio século do povoamento, o comércio em Singapura era conduzido por pessoas físicas e sociedades de pessoas. As Agency Houses eram partnerships cujos sócios respondiam ilimitadamente pelas dívidas da firma. As firmas chinesas eram empresas familiares ou sociedades entre parentes e membros da mesma comunidade. A responsabilidade limitada só estava disponível mediante constituição por charter ou lei especial, o que era inviável para a maioria dos negócios.

O direito societário inglês mudou profundamente em meados do século XIX, quando a legislação passou a permitir a constituição de sociedades de responsabilidade limitada por simples registro. Os Straits Settlements seguiram o exemplo. Uma Companies Ordinance de 1889, inspirada no Companies Act inglês de 1862, previu o registro de sociedades na colônia.[1] As sociedades limitadas tornaram-

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

se o veículo das maiores empresas da colônia, das companhias de docas e mineradoras de estanho aos bancos chineses fundados no início do século XX, que o Capítulo III desta parte examina.

O moderno Companies Act de Singapura (a lei societária) descende de outra linhagem. Sua ascendência passa pelo Companies Act da Malásia de 1965 e chega ao Companies Act 1961 do estado australiano de Vitória, que se baseou amplamente no Companies Act britânico de 1948. A lei entrou em vigor em Singapura em 29 de dezembro de 1967.[2] A ligação australiana, assim como a adoção do sistema Torrens examinada na Parte A, mostra como o direito de Singapura tomou empréstimos de toda a Commonwealth britânica.

Insolvência e garantias

O crédito comercial depende de regras sobre o que acontece quando os devedores quebram. O legislativo colonial reformou o direito da falência e das bills of sale na década de 1880. As bills of sale permitiam ao tomador dar bens móveis em garantia sem perder sua posse, instrumento adequado a comerciantes que precisavam de seu estoque para fazer negócios. O direito falimentar previa a distribuição ordenada dos bens do devedor falido entre os credores e a exoneração dos devedores honestos.

A eficácia dessas regras dependia dos tribunais e da capacidade dos credores de localizar os bens do devedor. Num porto em que os devedores podiam fugir para territórios vizinhos e em que boa parte dos bens era mantida informalmente dentro das famílias, a recuperação era muitas vezes difícil. A combinação de regras formais e prática informal descrita nos Capítulos IV e V da Parte A prosseguiu, portanto, com os mercadores apoiando-se na reputação e em garantias pessoais ao lado da proteção da lei.

Moeda: do dólar espanhol ao currency board

Depois de 1867, a moeda da colônia continuou a ser um dólar de prata. Aos dólares espanhóis seguiram-se os dólares mexicanos e, mais tarde, trade dollars de diversas origens, enquanto bancos emissores faziam circular cédulas próprias. Em 1897, o

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

governo criou um Board of Commissioners of Currency, que começou a emitir cédulas governamentais em 1899, pondo fim à circulação de cédulas emitidas por bancos privados.[3]

Em 1906, o Straits dollar foi atrelado à libra esterlina a dois xelins e quatro pence, o que o colocou num padrão de câmbio-ouro. Quando a Grã-Bretanha abandonou o padrão-ouro em 1931, o dólar permaneceu ligado à libra. Em 1939, seguindo as recomendações da Blackett Commission, o Straits dollar foi substituído ao par pelo dólar malaio.[4] O sistema de currency board, em que a emissão de cédulas tinha lastro integral em reservas mantidas em Londres, deu à colônia uma moeda estável e a confiança de mercadores e investidores. Tornou-se também o antecessor institucional do Board of Commissioners of Currency da Singapura independente, examinado na Parte C.

A história monetária da colônia da Coroa ilustra o princípio identificado na Parte A: a moeda de um centro comercial precisa ser a moeda que seus mercadores usam e na qual confiam. Os mercadores que haviam resistido à rupia na década de 1850 obtiveram uma moeda em dólares em 1867 e, a partir de 1906, um dólar estável lastreado na libra esterlina. O Capítulo IV desta parte examina a relação entre essa moeda e a economia de commodities do estanho e da borracha.

Equívoco comum

O sistema jurídico colonial de Singapura é às vezes descrito simplesmente como direito inglês. Na verdade, ele combinava a common law inglesa em matéria de contratos, trusts e comércio com códigos adaptados da Índia britânica em direito penal, processo penal e direito probatório, e com modelos australianos no registro de imóveis e, mais tarde, no direito societário. Ordinances locais, o costume chinês e malaio em questões de família e as decisões dos tribunais dos Straits Settlements acrescentavam outras camadas. O resultado foi um sistema compósito, o que explica por que o direito de Singapura tem hoje características próprias.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Notas

1. A Companies Ordinance 1889 dos Straits Settlements, inspirada no Companies Act inglês de 1862, é a referência usual para a introdução da constituição de sociedades por registro na colônia. ↩
2. Walter Woon, "Reforming Company Law in Singapore", (2011) 23 SAcLJ 795: o Companies Act "traces its ancestry through the Malaysian Companies Act 1965 to the Companies Act 1961 of the Australian state of Victoria, which in turn drew extensively upon the UK Companies Act 1948"; Act 42 de 1967, em vigor desde 29 de dezembro de 1967. ↩
3. Wikipedia, "Straits dollar" (acesso em outubro de 2026): o Board of Commissioners of Currency foi criado em 1897 e começou a emitir cédulas em 1899, pondo fim à circulação de cédulas de bancos privados. ↩
4. Wikipedia, "Straits dollar" (acesso em outubro de 2026): atrelado à libra esterlina a dois xelins e quatro pence em 1906; ligado à libra após 1931; substituído ao par pelo dólar malaio em 1939, seguindo a Blackett Commission. ↩

Disclaimer

This article is provided for general information only. It is based on publicly available sources as at its date of publication. These sources have not been independently verified against licences, regulatory registers or the records of the entities concerned. It is not legal, tax, financial or investment advice. Nor is it a recommendation to invest in, transact with or use the services of any entity mentioned. Law and regulation change frequently, so the content may be incomplete or outdated. To the fullest extent permitted by law, Dr Alexander Ressos and the publisher of SingaporeIQ exclude all liability for loss or damage arising from the use of or reliance on this article. Readers should obtain advice on their specific circumstances before acting or refraining from action.

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.

Names and trademarks of the entities discussed belong to their owners and are used for identification only. Their mention implies no endorsement, affiliation or allegation of wrongdoing. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. Corrections and updates: contact@ressos.com.

© 2026 Dr Alexander Ressos. This article may be quoted with attribution to SingaporeIQ (SingaporeIQ.com). Reproduction in full and any commercial use require prior written consent. The Legal Terms at https://singaporeiq.com/legal-terms apply.

Author contact: Dr Alexander Ressos, TEP · contact@ressos.com

© 2026 Dr Alexander Ressos. General information only, not legal, tax or investment advice. No client relationship is created. All Singapore law advice is provided by a duly licensed and regulated firm of Singapore advocates and solicitors only on the basis of an express written letter of engagement. More information at SingaporeIQ.com and ressos.com.sg.